



183
H

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo/Reexame Necessário nº. 0322138-9 (0010410-70.2012.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando Josefa Maria dos Santos)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. RAPAMICINA (SIROLIMUS), OMEPRAZOL, SERETIDE E LOSARTANA POTÁSSICA. LINFAGIOLEIMIOMATOSE PULMONAR (CID: J84.8). VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, RESERVA DO POSSÍVEL E DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. NÃO OCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DA SÚMULA Nº 18 DESTE TRIBUNAL. OBRIGAÇÃO DO ENTE PÚBLICO. ENTENDIMENTO PACIFICADO. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O agravante insurge-se contra decisão terminativa que negou provimento ao Reexame Necessário, declarando prejudicado o Apelo, mantendo a decisão de primeiro grau que obrigou o Estado de Pernambuco a custear fornecimento dos medicamentos RAPAMICINA (SIROLIMUS) 2mg na posologia indicada no laudo médico, além dos fármacos, OMEPRAZOL 20MG, SERETIDE 250MG e LOSARTANA POTÁSSICA para a recorrida, a qual é portadora de LINFAGIOLEIMIOMATOSE PULMONAR (CID: J84.8). Em suas razões, o recorrente afirma que o julgado não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, aduzindo que este Tribunal não tem súmula ou jurisprudência pacificada sobre o presente caso.

2. A fundamentação do Estado foge da premissa contida na jurisprudência pacífica deste Egrégio Tribunal e com o disposto nos arts. 196, 197 e 198 da Constituição Federal e do preceituado nos arts. 2º, §1º e 6º, I, D, da Lei 8.080/90. A Administração Pública tem que assegurar as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos.

3. Não há violação ao princípio da isonomia/igualdade, da reserva do possível e da separação dos poderes, visto que, o que se pretende com a presente decisão, é o cumprimento pelo Estado, do seu dever de proteger e recuperar a saúde da população. Quando há um conflito entre exigências constitucionais formais e o direito à saúde, de regra, deve prevalecer este último.

4. Atente-se, sobretudo, que o Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a



1

184
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se vida em seu mais amplo conceito, deverá ele ser fornecido.

5. Aplicação da Súmula nº 18 deste Tribunal: “É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial”..

6. Recurso de Agravo **DESPROVIDO** por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo nº 0322138-9 (0010410-70.2012.8.17.0480), ACORDAM os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, de de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

185
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo/Reexame Necessário nº. 0322138-9 (0010410-70.2012.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando Josefa Maria dos Santos)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que negou provimento ao Reexame Necessário, declarando prejudicado o Apelo, mantendo a decisão que obrigou o Estado de Pernambuco fornecer os medicamentos RAPAMICINA (SIROLIMUS) 2mg na posologia indicada no laudo médico, além dos fármacos, OMEPRAZOL 20MG, SERETIDE 250MG E LOSARTANA POTÁSSICA para a recorrida, a qual é portadora de LINFAGIOLEIMIOMATOSE PULMONAR (CID: J84.8).

Em suas razões, protesta o agravante pela reforma da decisão vergastada, porquanto afirma que o julgado não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, aduzindo que este Tribunal não tem súmula ou jurisprudência pacificada sobre o presente caso.

Dessa forma, requer a retratação da decisão aqui rebatida ou, caso não seja assim entendido, pugna para que o recurso venha a ser apreciado pela Câmara.

Em síntese, é o relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

186
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo/Reexame Necessário nº. 0322138-9 (0010410-70.2012.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando Josefa Maria dos Santos)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Examinando detidamente os autos, constato que os argumentos trazidos pelo agravante são insuficientes para ensejar o provimento do Agravo.

Sabe-se que é inafastável a responsabilidade do ente público no sentido de prestar a assistência médica necessária aos cidadãos, sobretudo em virtude do comando constitucional. É o que se depreende do texto constitucional contido no art. 196:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

E da Lei nº 8.080/90:

"Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício."

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:(...)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;"

Observo que a prova documental trazida pela agravada não deixa margem a qualquer dúvida quanto ao seu estado de saúde e ao direito de receber os fármacos pleiteados, visto que não tem condições financeiras para arcar com o custo do tratamento.

BAK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

187
M

Segundo informações, a recorrida é portadora de Linfagioleiomatose Pulmonar. Por esse motivo, a médica Alina F. F. de Oliveira (CRM 12877), indicou que necessita fazer uso dos medicamentos RAPAMICINA (SIROLIMUS), OMEPRAZOL 20MG, SERETIDE 250MG E LOSARTANA POTÁSSICA, na posologia indicada no laudo médico (fl. 13), até porque cabe ao médico identificar a doença e encontrar o melhor meio para um tratamento eficaz, não importando se há outros tratamentos, pois estes podem não ter a mesma eficácia do indicado pelo médico.

Sendo a saúde direito de todos e dever do poder público, não se poderia permitir que uma cidadã não recebesse o tratamento adequado por conta de alegações de cunho econômico ou burocrático, por mais que se reconheça a necessidade de observação dos regramentos formais, pois não se pode perder de vista que eles representam instrumentos e não um fim em si mesmo, havendo de ceder sempre que obstarem a promoção da dignidade humana.

Além disso, este Tribunal tem entendimento consolidado no sentido de que é dever do Estado fornecer medicamento ou custear tratamento para a população, conforme se depreende da leitura da Súmula nº 18:

“É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.”.

Abaixo, julgado desta Corte de Justiça nesse sentido:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO. PACIENTE IDOSO. DOENÇA EM ESTÁGIO AVANÇADO. DEGENERACÃO MACULAR. LUCENTIS. IMPOSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA, DEVIDAMENTE REGISTRADA PELA ANVISA. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSIÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE PRESCRIÇÃO QUE ESTABELEÇA PRAZO DURAÇÃO DO TRATAMENTO. RAZOABILIDADE. RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa idosa (com 64 anos de idade), portador de quadro de edema macular em olho direito por trombose de ramo da veia central da retina, associado a Degeneração Macular, fazendo-se necessária a utilização do medicamento RANIBIZUMABE para controle da enfermidade (...) Esperar uma declaração literal garantindo 100% de certeza de sucesso do procedimento - como parece pretender o Estado - seria, no mínimo, antiético, além de juridicamente insustentável, posto que a obrigação do profissional



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

488
M

da saúde é de meio, não de fim. A postura do médico, no caso, foi irrepreensível: prescreveu o medicamento que, no atual estágio da ciência, é aquele que tem se mostrado eficaz no tratamento de uma doença que não conta com uma farta disponibilidade de drogas efetivas no procedimento curativo. Quanto ao laudo médico que serve de suporte ao pedido em apreço, é de se ressaltar que, ainda que a prescrição médica em tela tivesse sido expedida por médico particular, com a devida vênia de quem exige a apresentação de laudo médico expedido por médico da rede pública de saúde, tal restrição, ao meu ver, não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico. (...) 6. O dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional. Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.(...) 8. **A afirmação recursal da necessidade de observância do Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde soçobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a controvérsia dos autos. Tais direitos, de dignidade constitucional e da mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado. Assim, quando tomamos qualquer ato administrativo (portaria, protocolo, etc), devemos considerá-lo como regulamentador, não como carecedor de direitos fundamentais, sob pena de conferir a uma norma auxiliar um poder que nem Emenda Constitucional teria, qual seja, de derogar cláusula pétrea. Corroborando esse entendimento o Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 18, que dispõe ser "dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".(...) 10. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.**

(TJPE - AGV 226516120128170000 PE 0024415-82.2012.8.17.0000 – Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público - 03/01/2013)

Destarte, em cumprimento ao preceituado na Constituição Federal e em nome da mais inteira justiça, deve o Estado de Pernambuco fornecer os medicamentos requeridos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

189
H

Em relação à alegação de possível ausência de recursos financeiros, vejo que o artigo 195 da Constituição Federal afirma que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, através de recursos advindos dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais constantes nos incisos I, II, III e IV. Já o artigo 198, §1º, afirma que o Sistema Único de Saúde, será financiado *“com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.”*

Como o dinheiro arrecadado vem da população, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de destinar um percentual mínimo aos programas de saúde, de acordo com o que preceitua o art. 198, §2º da Carta Magna e, logicamente, esse percentual arbitrado deve cobrir os gastos corriqueiros da máquina estatal, bem como os extraordinários.

É certo que os recursos do ente público não são inesgotáveis, bem como há outros cidadãos necessitando de medicamentos com urgência, mas o Judiciário deve sim compelir a Administração a cumprir com o seu dever, determinando-lhe que atue naquele caso concreto como deveria atuar em todos os demais, visto que nenhuma valia tem uma Administração Pública que sequer assegura as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos.

Pelo exposto, resta claro que não há que se falar em ingerência do Judiciário na esfera administrativa do Poder Executivo, nem de ausência de previsão orçamentária, e, muito menos, de violação dos princípios da isonomia/igualdade, da separação dos poderes e da reserva do possível.

Diante do exposto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso.

É como voto.

Recife, de de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator